


O que há num nome? Reflexões iniciais sobre as hostilidades fronteiriças entre a Sociologia da Religião e a Ciência da Religião no Brasil

What's in a name? Initial thoughts on the hostile borders that separate Sociology of Religion from Science of Religion in Brazil

 <https://doi.org/10.23925/ua.v26i42.e60122>

Isabella Tritone Medeiros¹

Resumo

Considerando as fronteiras que separam áreas do conhecimento enquanto produções deliberadas da agência intelectual, envolvidas por relações de poder, este trabalho objetiva levantar as delimitações fronteiriças que distinguem a Sociologia da Religião da Ciência da Religião, com foco na sistematização de um breve panorama do embate entre as duas áreas no Brasil. No formato de um ensaio, pretende-se discutir a possibilidade de diálogo entre as disciplinas, bem como as problemáticas da identificação simultânea dos pesquisadores com ambas as tradições epistemológicas.

Palavras-chave: sociologia da religião; pensamento social brasileiro; ciência da religião; campo científico; discurso científico.

Abstract

Considering the borders that separate between distinct areas of knowledge as a deliberate result of the intellectual productions of various agents, dependent on power relations, this essay aims to present the delimitation of academic borders that differentiate Sociology of Religion from Science of Religion, focusing on attempting a systematization of a short panorama of the disputes between these two areas in Brazil. This research seeks to discuss the possibility of dialogue between both areas, as well as the problematical aspects regarding the identification within these epistemological traditions.

Keywords: sociology of religion, Brazilian social thought, science of religion, scientific field, scientific discourse.

¹ Mestranda em Ciência da Religião (PUC-SP),  0000-0002-8998-0177, isabellatritone@gmail.com.

Introdução

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta [...] E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (FOUCAULT, 1996).

O discurso científico no interior de cada disciplina, diria Foucault em sua aula inaugural no *Collège de France*, em dezembro de 1970, debruça-se basicamente sobre um conjunto de disputas por meio das quais certa área estipula seus limites de atuação acadêmica, distinguindo entre aquilo que considera como verdadeiro e aquilo que considera como falso. É esse processo violento – violência, porque aqui as palavras são produzidas e produtoras de poder – que permite simultaneamente a separação entre as diversas áreas do saber em sua configuração na moderna sociedade ocidental capitalista, mas que também fornece matéria para que se estabeleça uma hierarquia entre elas.

Embora o discurso faça parte do nosso cotidiano de maneira intensa e particular, há uma tendência em evitar essa reflexão, porque ela própria estaria subjugada à clandestinidade pela ordem que a constitui (FOUCAULT, 1996). Vítimas desse mecanismo subjetivo, mesmo os mais conscientes de seu funcionamento, devem lidar com o ocultamento sub-reptício do papel monumental que o poder ocupa nas estruturas burocráticas do campo científico, como um sonho que vai se esquecendo conforme se acorda. Assim, ainda que sejamos quase que pegos de surpresa pelas disputas violentas que se escondem na relação entre as áreas do saber, quando nos encontramos lúcidos, devemos atestar a profundidade de implicações existentes no ato da passagem entre um campo e outro, que afetam de maneira muito real a vida dos pesquisadores.

Pessoalmente, como alguém que passa a transitar agora entre a Sociologia da Religião e a Ciência da Religião, o percurso desconhecido na fronteira que separa

essas áreas do saber implica minhas próprias preocupações. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva levantar, em linhas gerais, as principais distinções entre uma produção acadêmica a respeito da religião na Sociologia, em comparação ao tratamento dado ao mesmo objeto pela Ciência da Religião, especialmente aquela que trabalha a partir de questões do social. Esse recorte surge de um conjunto de particularidades percebidas na transição acadêmica de uma área à outra, principalmente nas tentativas de incentivar um diálogo entre as duas disciplinas, das quais por vezes decorrem situações angustiantes da perspectiva do pesquisador, dada a afinidade de ambos os lados por delimitações de estatutos epistemológicos a partir da provocação frequente de seus vizinhos.

Como pontapé inicial, proponho um panorama muito breve do contexto de institucionalização das ciências humanas, com o qual situo algumas fronteiras preliminares a partir da perspectiva de cada uma das áreas discutidas. Depois, pretendo tentar delimitar qual seria a polêmica que, ao menos no Brasil, causa essa cisão emocionada entre a Sociologia da Religião e a Ciência da Religião. Por fim, procuro esboçar algumas reflexões diante das disputas entre as duas disciplinas a partir dos modelos de poder discursivo e de campo científico, de Foucault e Bourdieu, respectivamente. A partir dessas análises, então, tentarei responder à seguinte pergunta que me é pessoalmente cara: é possível ser de forma simultânea um sociólogo e um cientista da religião?

De certa forma, a certificação acadêmica parece funcionar como a documentação de cidadania de um país. Um mesmo indivíduo pode ser considerado cidadão de um ou mais territórios, por exemplo. Além disso, o atestamento da cidadania teria o poder de permitir ao seu possuidor o direito de participar na vida social e política daquele grupo. Dessa mesma maneira funciona o diploma de uma área, que serve enquanto modelador da própria identidade dos sujeitos, mas também informa as regras da sua participação em determinado campo. No meu caso, fica claro que acesso a Ciência da Religião com meu passaporte de cientista social, coisa que é fundamentalmente definidora da minha experiência nesses espaços. O que espero é, ao final do processo, poder usufruir de minha dupla cidadania, sem me desfazer da primeira ou abrir mão da segunda.

Acredito que em alguma medida essas reflexões (ainda que um tanto informais) talvez possam facilitar o processo de iniciação daqueles que, como eu, chegam agora na

Ciência da Religião com bagagens de outras áreas, tentando localizar a si mesmos e as suas produções nesse campo. Gostaria de pensar que com o compartilhamento dessas questões seria possível contribuir para a análise de novas experiências nas complicadas zonas fronteiriças entre as áreas do saber, pelas quais involuntariamente transitamos de forma um tanto alheia enquanto pesquisadores.

1 A demarcação institucional de fronteiras disciplinares nas ciências humanas

A institucionalização disciplinar do que entendemos como ciências humanas teve o seu palco na Europa do final do século XIX. Tendo como referência os pressupostos metodológicos já utilizados pelo estudo das ciências naturais, esse novo conjunto de áreas do conhecimento buscava encontrar leis gerais que fossem capazes de auxiliar na investigação daquilo que seriam as “origens” das sociedades e dos fenômenos a elas relacionados. É nesse contexto comum que surgem as bases do que viria a ser, após um longo processo de estabelecimento, a Ciência da Religião e a Sociologia, enquanto ciências distintas. Por estarem pautadas em preceitos modernos comuns, envoltas por um *zeitgeist* particular, essas disciplinas dividem certas características similares.

A partilha de um berço moderno exerce influência tanto sobre os objetos a serem estudados por essas áreas, como pela forma de se aproximar deles. Nesse sentido, a religião foi um dos primeiros tópicos a ser discutido pelas ciências humanas do final do século XIX e do início do século XX, implicada numa preocupação comum em observar como se dá a relação entre os homens, a constituição das sociedades e o funcionamento das múltiplas realidades humanas. Simultaneamente, o método empregado para trabalhar o objeto “religião” nessas diversas áreas do saber tinha como pressuposto central a empiria herdada das ciências naturais.

Assim, nem a Ciência da Religião e nem as Ciências Sociais inventaram o estudo das religiões, mas foram responsáveis por instituir formas sistemáticas de analisar o objeto que as distinguiram tanto dos relatos feitos na antiguidade por gregos, chineses e muçulmanos (que registravam o contato feito com outras culturas, dotadas de crenças distintas das dos autores), quanto da abordagem apologética das teologias.

A primeira defesa para o uso do nome Ciência da Religião (*Religionswissenschaft*) surge na segunda metade do século XIX, com a proposta terminológica para uma disciplina autônoma feita por Max Müller, em *Chips from a German Workshop* (1867). A consolidação da Ciência da Religião enquanto área do saber se dá na medida em que a adesão ao nome se faz demarcada materialmente na criação de cátedras, periódicos e congressos alinhados ao campo, particularmente na Europa do início do século XX (USARSKI, 2013).

A demanda pelo surgimento da disciplina esteve desde seu princípio atrelada ao objetivo de distinguir uma nova maneira de estudar a religião a partir das ciências humanas, em oposição àquela já consolidada pela Filosofia e pela Teologia (CAMURÇA, 2008), que teria por base o privilégio de certos pressupostos valorativos dentro de uma única religião. Para Tiele, essa distinção é clara, uma vez estipulado que

o objetivo da nossa ciência não é o próprio sobre-humano, mas a religião baseada na crença no sobre-humano; e a tarefa de investigar a religião como um fenômeno histórico-psicológico, social e totalmente humano, sem dúvida, pertence ao domínio da ciência (2018, p. 219).

A definição de Tiele é especialmente interessante porque, além de demarcar um compromisso epistemológico firmado pela Ciência da Religião com relação ao objeto, no sentido de um afastamento da produção de conteúdo religioso a respeito das religiões, também estabelece um diálogo com o instrumental de outras ciências coexistentes. Com isso, o autor aponta para dois pressupostos iniciais de delimitação da fronteira institucional da Ciência da Religião: o distanciamento do objeto e a multidisciplinaridade.

Posteriormente, Usarski (2018) sistematiza sete aspectos identitários inter-relacionados que compõem a chamada “tradição de segunda ordem” da Ciência da Religião; isto é, a delimitação da disciplina enquanto um sistema integrado de tradição, memória e modos de fazer partilhados por seus expoentes ao longo de uma trajetória histórica da área. Ao falar dos elementos-chave que definem a Ciência da Religião, trata-se, portanto:

a) do interesse de conhecimento determinante para nossa disciplina; b) do seu caráter hermenêutico-filológico e empírico, c) do compromisso do cientista da religião com o princípio da abstinência de julgamento de fenômenos religiosos[s]; d) do caráter comparativo dos seus estudos; e) da estrutura interna da disciplina no sentido da complementariedade dos ramos histórico e sistemático; f) do repertório heurístico multidisciplinar da Ciência da Religião; e g) da demarcação disciplinar diante da Teologia (USARSKI, 2018, p. 29).

Embora haja um esforço organizacional e político de diversos autores em delimitar as fronteiras que definem a Ciência da Religião como disciplina autônoma e a distinguem de outros campos de estudo, isso não quer dizer que haja um total consenso partilhado por seus membros a respeito dos métodos e das particularidades dessa área. Característico do funcionamento do campo científico, conforme delimitado por Bourdieu (1994), a Ciência da Religião, como todas as outras ciências, apresenta conflitos internos que constituem o objeto de sua meta-teoria. Vale ressaltar, inclusive, que dado o surgimento tardio no contexto brasileiro, esses pontos parecem se complexificar novamente (e, dada essa complexidade, voltaremos a isso no próximo item).

Paralelamente à institucionalização da Ciência da Religião, a Sociologia (i.e., em seu sentido moderno, com o termo sendo utilizado para se referir a uma forma de conhecimento próxima da concepção de uma ciência empírica) foi batizada em 1839 por Auguste Comte, no quarto volume de *Curso de filosofia positiva*. A partir de Comte, a noção de Sociologia é moldada no sentido de um programa científico para compreender o funcionamento da sociedade (SOUZA; BARBOSA, 2010).

Partindo do desejo de destrinchar as mudanças decorrentes da modernidade sobre a realidade europeia – e sendo essas transformações necessariamente implicadas em fatores religiosos – a Sociologia praticamente nasce como Sociologia da Religião (NUNES, 2007). Todos os três considerados “pai fundadores” da área, Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx, escreveram sobre religião a partir de perspectivas não-religiosas, mas não parece haver dúvida dentre os teóricos de ambas as disciplinas que seus trabalhos tenham caráter sociológico, e não constituam pesquisas alinhadas à Ciência da Religião.

O processo de se institucionalizar uma disciplina é também um esforço em nomear,

constituir regras e forjar limites dentro de um campo, que é organizado e legitimado artificialmente a partir da agência dos sujeitos, em grades complexas de poder. Dessa tradição, decorrem definições que são trabalhadas ao longo do processo histórico de cada disciplina, que as diferenciam das outras e conferem a elas mesmas valor de disputa no espaço da academia. O próprio ato de distinguir por definição uma área do saber de outra pode ser um aspecto da busca por legitimar-se cientificamente, por mais que esses campos concorrentes tenham mais em comum do que tendam a afirmar, como reflete o caso em discussão.

Característica central da própria definição da tarefa da Ciência da Religião, o afastamento do viés apologético na produção de pesquisas sobre religião também faz parte do entendimento que se tem da parcela da Sociologia que se debruça sobre o mesmo objeto. De acordo com Ricardo Mariano, por exemplo, sociólogos da religião pesquisam os fenômenos religiosos “como produtos da agência humana, da interação social e da cultura, jamais como resultantes da ação divina ou de uma necessidade pré-social entranhada na natureza humana” (MARIANO, 2013, p. 231).

A diferenciação citada de forma mais recorrente entre os domínios dessas duas áreas diz respeito ao caráter necessariamente social das investigações realizadas pela Sociologia. Enquanto a multidisciplinaridade é tomada como parte constitutiva da própria definição de Ciência da Religião (USARSKI, 2018), na Sociologia da Religião a chave interpretativa do objeto seria limitada, uma vez que a religião precisaria sempre ser encarada dentro dos limites dos fatos sociais (NUNES, 2007).

Para Hock (2010), a Sociologia da Religião funciona como uma “disciplina-ponte” entre a Sociologia e a Ciência da Religião, pendendo inevitavelmente para o lado da Sociologia. Também em favor da Ciência da Religião, Greschat diagnostica que “pesquisadores de outras disciplinas não têm noção da totalidade de uma religião” (2006, p. 24), como poderia vir a ser o caso dos sociólogos, apegados demasiadamente ao “aqui” e “agora” desses fenômenos (MARIANO, 2013).

Da perspectiva dos cientistas da religião, os sociólogos estariam fadados a reduzir seus objetos de pesquisa aos aspectos sociais, enquanto seus próprios estudos, que também podem se utilizar de interpretações sociais para analisar as crenças e as religiões,

não. A razão por trás dessa crítica está no fato de que, sendo a Sociologia apenas uma das disciplinas auxiliares da Ciência da Religião, a presença de outros aspectos multidisciplinares dificultaria as generalizações indevidas do objeto.

Vale apontar, talvez, que (e, nesse sentido, mais à cargo de deixar a polêmica no ar do que em fundamentar uma resposta sem brechas) embora não apareça como definidor da identidade disciplinar da Sociologia, os diálogos com o ferramental de outras áreas sempre se fizeram presentes no trabalho dos sociólogos. O clássico *Sociologia da Religião*, de Weber (2000), por exemplo, por mais sociológico que seja, não deixa de ser um apanhado de reflexões profundamente ancoradas na produção e nas técnicas da filologia, da história e do direito, que moldam a tecitura do trabalho.

Em linhas gerais, é possível notar que a construção de uma fronteira que separa essas áreas se manifesta por esforços bastante humanos e deliberados, categorizando os sujeitos que se identificam como produtores de conhecimento em campos específicos a partir de regras, tradições e ferramentas. A proximidade entre a Ciência da Religião e a Sociologia da Religião é mediada pelas escolhas conceituais de cada autor, que por sua vez estão baseados nos contextos formativos das áreas das quais partem.

O fato de haver aproximações possíveis entre os estatutos dessas disciplinas não quer dizer que eles sejam iguais, ou que a separação institucional não tenha um significado. Proponho apenas que esses aspectos similares precisam ser considerados de saída, principalmente dado o contexto de nascimento partilhado por essas ciências. Nesse sentido, se faz necessário dedicar algum espaço para tratar da institucionalização nacional da Sociologia e da Ciência da Religião, bem como da forma que essa separação se faz refletida no relacionamento entre os pesquisadores dessas áreas, implicada no estabelecimento de complexas teias de poder e de autoidentificação.

2 Disputas territoriais e a violência velada no campo científico nacional

De acordo com Pierre Bourdieu (1994), os campos são os contextos sociais e políticos nos quais os agentes operam e disputam entre si, de maneira hierarquicamente

posicionada. Essa categoria pode ser entendida como quaisquer áreas nas quais os sujeitos competem por reputação e domínio sobre os demais. Os campos funcionam sempre em relação a outros campos, operando a partir de quantidades de capital simbólico distintas, que são a própria matéria subjetiva que os hierarquizam. Assim, as variadas áreas que compõem a noção que contemporaneamente se tem da academia fazem parte de um campo científico maior, e estão entre elas divididas em campos específicos, que operam a partir de regras estruturadas e estruturantes:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1994, p. 123).

Dessa forma, aquilo pelo que se disputa no campo científico, sobretudo, é o domínio de um discurso autorizado a respeito de determinados assuntos, o que Foucault (1996) chamaria de “verdade”. A definição do discurso verdadeiro é também a que determina seu duplo, o discurso falso, ostracizado, que pode perder sua legitimidade científica e ter seu número de seguidores seriamente afetado no processo, fadado ao esquecimento ou ao fracasso histórico.

Embora essas disputas raramente aconteçam por meio de embates físicos, a luta pela legitimidade acadêmica recorre a mecanismos violentos com consequências bastante reais do ponto de vista material². Esses fenômenos são frequentes entre autores de uma mesma área que buscam reconhecimento por uma linha ou um método específico de fazer ciência, mas ocorrem igualmente entre áreas distintas, tanto com objetos variados, quanto em comum, como é o caso de nossa discussão.

2 Não há, por exemplo, quem deixe de se lembrar dos desentendimentos entre Freud e Jung, que impactaram em grande medida na perda de poder hegemônico do segundo, cuja continuidade acadêmica e profissional foi desafiada pelos ataques do primeiro.

O próprio processo de se institucionalizar uma disciplina dentro de um dado contexto geográfico – a exemplo da implementação tanto da Sociologia como da Ciência da Religião no Brasil – se dá no sentido de uma luta contra a estrutura já estabelecida de um quadro mais geral do campo científico de uma localidade particular. Isso porque para entrar na disputa pela legitimação do discurso, produzindo “verdade”, uma área do saber precisa reivindicar um lugar para si dentro de um sistema que já se apresenta com um determinado conjunto de regras operantes. Em sentido material, a luta por espaço dentro do campo é o percurso de uma área pela construção e pela legitimação de suas cátedras, periódicos, congressos, literatura e fronteiras.

Embora o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil seja frequentemente atrelado à fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – a primeira faculdade nacional da área, aberta em 1933 – as produções de sociólogos europeus e estadunidenses já vinham sendo utilizadas por juristas brasileiros desde o final do século XIX (BROCHIER, 2018). Com grande influência positivista, o pensamento social foi importado como um mecanismo para pensar a solução dos problemas práticos da crescente sociedade brasileira, envolvidos no que esses primeiros autores consideravam ser os obstáculos gerados pelo “atraso” nacional. De acordo com Camurça (2008), o estudo empírico da religião no Brasil se inicia nas Ciências Sociais.

Paralelamente, a estruturação do próprio Pensamento Social Brasileiro também implica, desde seu princípio, o estudo da religião (CAMPOS, 2013). Como no caso da institucionalização das ciências humanas europeias, isso não quer dizer que até então não havia literatura sobre religião no Brasil, mas que essas produções estavam fora da compreensão moderna de ciência, justamente por conta do caráter apologético católico de seus autores, que caminhavam no sentido de preservar as crenças e as estruturas religiosas herdadas do passado colonial (STEIL; HERRERA, 2010).

Embora esses precursores da Sociologia falassem sobre religião, como é o caso, por exemplo, dos autores mais proeminentes da segunda fase do Pensamento Social Brasileiro (HOLANDA, 1995; FREYRE, 2003; PRADO JÚNIOR, 2007), esse assunto era frequentemente tratado de forma pejorativa ou secundária às teorias apresentadas. Vista tanto no sentido comteano de uma explicação primitiva do mundo a ser superada, quanto no sentido

descontextualizado de certos marxismos ortodoxos³, os primeiros sociólogos a falarem de religião no Brasil flertaram intensamente com o paradigma iluminista das ciências humanas (BELL, 2006), situando as pessoas religiosas como razão por trás (ou ao menos evidência substancial) do “atraso” nacional. Consequência de um indevido apego a essas ideias, Rubem Alves critica o fato de que

a religião, entre nós [sociólogos], ocupou sempre um lugar marginal e de importância secundária. Assim, não encontramos, dentro do que foi produzido na área da sociologia da religião, nenhum esforço teórico globalizante que coloque a religião no centro mesmo da teoria sociológica (2019, p. 66).

Embora o paradigma iluminista tenha afetado as demais ciências modernas que estudam religião, a influência sobre a Sociologia brasileira é profunda e atual, principalmente por conta do impacto que os autores de linhas positivistas exerceram sobre o cânone da disciplina, partilhado como um recurso identitário entre os estudiosos da área. Assim, a pejorativização da religião e das pessoas religiosas se transforma em uma potente ferramenta de distinção e legitimação do campo, colocando a Sociologia em oposição a outras áreas do conhecimento que tenham a religião como objeto.

A consolidação da Sociologia da Religião no Brasil é também a construção de uma defesa interna à Sociologia enquanto disciplina pelo direito de estudar a religião, cuja relevância deveria ser defendida a partir de parâmetros e métodos científicos. Assim, embora tanto a Ciência da Religião como a Sociologia da Religião se distingam da Teologia pela exigência da produção de estudos não-religiosos sobre religião, a Sociologia da Religião aparenta precisar assumir um estado de constante vigia para que não seja pulverizada dentro das fronteiras do próprio campo sociológico.

De aparecimento tardio, a primeira vez que se fala em Ciência da Religião no Brasil é na publicação de *O mundo interior*, de Raimundo Farias Brito (1914). De acordo com Costa (2019), embora o termo apareça no trabalho do autor com uma breve descrição

3 Que evidenciam a famosa frase de *Crítica da Filosofia do Direito* de Hegel, de 1843, no qual Marx aponta que a religião é o ópio do povo, mas ignoram que no mesmo texto o autor aponta que a religião é “o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma” (2005, p. 146).

de sua estrutura disciplinar europeia, bem como de seus fundadores, a institucionalização propriamente dita da área no Brasil é muito posterior. Enquanto as primeiras faculdades de Sociologia datam da década de 1930, o primeiro bacharelado em “Ciências das Religiões” foi criado na Universidade Federal de Juiz de Fora, apenas na segunda metade dos anos 1970⁴. Assim, enquanto no contexto europeu o processo de institucionalização das duas disciplinas se deu concomitantemente, no caso nacional, a Ciência da Religião começou a se fixar quando a Sociologia da Religião já detinha certo domínio do campo científico com relação ao objeto.

Do mesmo modo que os primeiros sociólogos brasileiros foram juristas, os primeiros cientistas da religião do Brasil foram cientistas sociais e teólogos, coisa que motivou estranhamentos mútuos, com particular animosidade dos sociólogos da religião com relação à Ciência da Religião:

há que se registrar o estranhamento e incômodo dessas prestigiosas ciências (sociais) em face do recurso das iniciantes ciências da religião (no Brasil) de utilizarem suas teorias e métodos para compor um campo de saber próprio. Acrescido a isto, observa-se uma desconfiança por parte das Ciências Sociais diante da eleição do objeto religião como merecedor de uma “ciência” inteiramente dedicada a ele. Isso tem levantado suspeitas, como a [de Pierucci], de que as ciências da religião teriam finalidade mais apologética que científica, encobrendo os “interesses religiosos” de seus agentes (CAMURÇA, 2008, p. 9-10).

A produção acadêmica realizada por sociólogos da religião religiosos engendrou questões internas sérias à Sociologia, particularmente na percepção partilhada por alguns autores de que o viés religioso seria o culpado pelo enfraquecimento de sua própria identidade disciplinar, dada a relevância do distanciamento e da pesquisa empírica para

4 O estabelecimento do curso apresenta suas próprias complexidades envolvendo embates com a Teologia, para os quais recomendo a leitura do trabalho de Costa (2019).

a definição do campo. Muito preocupado com essas questões, Pierucci argumenta em *Sociologia da religião: área impuramente acadêmica* (1999) que ser um estudioso religioso de religiões nas ciências humanas implica em situações

perigosas sim, antes de mais nada para aquelas disciplinas das ciências humanas diretamente envolvidas, mais vulneráveis que são, mais indefinidas por natureza; moles. Seja qual for a ciência humana enredada nisto – psicologia, antropologia, sociologia da religião – seus produtos carecerão da necessária nitidez dos resultados científicos, ambíguos os produtos tanto quanto ambíguas as relações de interesse que os produziram (PIERUCCI, 1999, p. 243).

Assim, é válido observar que enquanto a Ciência da Religião se estabelece disciplinarmente a partir da construção de uma fronteira que a distancie das Ciências Sociais, a Sociologia também se utiliza desse mesmo artifício para se legitimar enquanto área do conhecimento. Dessa forma, seguem se atacando sutilmente, com a Ciência da Religião dizendo abarcar em si a Sociologia enquanto mero instrumento conceitual, e recebendo como resposta dos sociólogos que os cientistas da religião não passam de simples produtores de uma cripto-teologia que macula os princípios fundamentais da ciência moderna.

Por mais sérios que os resultados práticos dessa rivalidade possam ser para a manutenção dessas áreas, tudo parece apontar que se trata de um processo inevitável da natureza do campo científico e da funcionalidade do discurso enquanto parte de uma estrutura que os normaliza. Quem teria vindo primeiro, o ovo ou a galinha? A essa pergunta, responde corretamente aquele que detém o monopólio da autoridade científica.

Considerações finais

A construção de um todo-estruturado, regado e organizado que representa uma área do saber nos limites da academia é um ato deliberado que depende não só do contexto em que se inserem, mas também da relação fronteira e discursiva entre as diferentes disciplinas. O fato dessa normatização decorrer da agência de sujeitos dotados

de capital, posicionados em campos de disputa frequentemente invisíveis, não torna essas questões menos reais. Embora abstratas e propositalmente sutis, delimitar aquilo que define a Ciência da Religião ou a Sociologia da Religião é um processo com implicações diretas no cotidiano.

Conforme proposto, na consolidação dessas definições não é suficiente dizer apenas aquilo que uma disciplina é, uma vez que se torna também necessário reforçar os aspectos que não compreendem o seu escopo, organizando o que seriam as fronteiras daquela área do saber em particular. Essa identificação, tanto a partir de regras positivas quanto de negativas (*somos* isso; *não somos* aquilo), funciona dentro de um complexo relacional que deve levar em conta a própria normatização dos demais campos científicos. Em boa medida, a construção da identidade disciplinar depende do outro, das concepções de si das diversas áreas já existentes; afinal, é preciso justificar a necessidade da criação de ainda outra disciplina, que dependerá de suas cátedras, congressos, periódicos e profissionais próprios.

A articulação de todos esses elementos implica, evidentemente, uma reserva financeira, mas não se limita a ela. Embora o capital econômico seja importante dentro dessas disputas, é preciso manter boas relações, ter acesso a espaços e pessoas específicas, das quais dependem a legitimação paradoxal dos saberes científicos. De acordo com Foucault (1996), esse poder emana da categorização realizada pelas instituições a respeito da veracidade dos discursos: é necessário que uma determinada área seja vista como produtora de informações verdadeiras, ou pelo menos mais verdadeiras que as demais. Por meio de uma leitura informada por Bourdieu (1994), seria possível complexificar a distinção bipolar verdadeiro-falso, ou seja, pensar em um campo mais complexo de disputas, atribuindo distintos graus de veracidade ou falsidade aos discursos, que competem por hegemonia dependendo da atribuição de capitais variados.

Dessa forma, visando a um campo com tal grau de complexidade, a legitimação de determinada área do conhecimento depende inversamente da deslegitimação proporcional das demais concorrentes, estabelecendo um jogo violento e constante que rege a construção da autoidentificação disciplinar. Como constructos dependentes dessa estrutura, a Ciência da Religião e a Sociologia da Religião, embora coexistam e possam

apresentar interesses em comum, partilham de uma composição informada por tais disputas de poder, que constituem a ordem do discurso científico e, portanto, ocorrem de forma constante.

Embora o uso do agnosticismo metodológico e de abordagens multidisciplinares não sejam ferramentais estranhos à Sociologia da Religião, esses aspectos não são predominantes ou definidores das fronteiras dessas áreas, como é o caso na Ciência da Religião. Por mais que possam ser técnicas desejáveis nessas primeiras, não ocupam atualmente um espaço hegemônico dentre as regras mais gerais que regem a Sociologia enquanto disciplina.

Já na Ciência da Religião, tanto a multidisciplinaridade como o agnosticismo metodológico estão imbricados na delimitação das fronteiras desse campo científico e fazem também parte da formulação de uma identidade histórica própria associada à área. Ao mesmo tempo, a produção a respeito de religião de forma não-religiosa é também definidora do que significa ser um sociólogo da religião, embora esteja muito mais atrelada a aspectos enraizados em um paradigma iluminista.

Sendo tanto a Ciência da Religião como a Sociologia da Religião construções humanas em constante disputa e ressignificação, podemos observar que as tais fronteiras que as separam enquanto áreas do saber se apresentam frequentemente a partir de princípios contraditórios, o que não é mera coincidência. Os limites disciplinares são organizados a partir de tradições identitárias, que, por sua vez, dependem da continuidade da memória partilhada pelos sujeitos que delas pertencem para se manterem em voga.

Essa manutenção narrativa, como parte de um todo-estruturado, depende também de disputas pela hegemonia discursiva. O que se mantém, no entanto, é uma sensação de que, embora as regras gerais que regulam a entrada em determinado campo científico sirvam à demarcação de fronteiras e definam como passará a funcionar a identificação dentro de uma mesma área do saber, há situações que são mais dificilmente sintetizáveis que outras.

Então, na realidade, aquilo de mais categórico que separa a produção em diferentes disciplinas parece ser o próprio ato de se identificar com uma tradição histórica e epistemológica específica, das quais também faz parte a manutenção de certos conflitos

com áreas fronteiriças pela autolegitimação. Com isso, quero retornar à pergunta que postulei no início deste trabalho: será que é possível, considerando as questões violentas que perpassam a distinção entre campos científicos, ser simultaneamente um sociólogo e um cientista da religião?

De forma provisória, de acordo com aquilo que foi discutido, respondo afirmativamente a essa pergunta. Se esta é, sobretudo, uma questão de identidade e de partilha de significados, desde que haja uma identificação com as tradições epistemológicas específicas dessas disciplinas e que sejam respeitadas as regras basilares que as definem enquanto áreas de saber, a cidadania acadêmica dupla não é apenas uma possibilidade, mas também algo que deriva quase que naturalmente das experiências multidisciplinares.

É certo que esse vínculo simultâneo se dá de forma bastante complexa: às vezes pendendo mais para cá, outras vezes mais para lá, mas certamente dotado da capacidade de enriquecer o debate em ambos os lados da fronteira. Esse enriquecimento, evidentemente, depende de uma possibilidade mais geral de encontrar espaços que não estejam viciados nessa rivalidade limitadora – isso, todavia, é uma questão que cabe ao individual de cada sociólogo e cientista da religião.

Referências

ALVES, Rubem. A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 9, p. 63-94, 2019.

BELL, Catherine. Paradigms behind (and before) the modern concept of religion. *History and Theory*, n. 45, p. 27-46, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. p. 122-156.

BROCHIER, Christophe. *O nascimento da sociologia no Brasil*. São Paulo: Sociologia e Política, 2018.

CAMPOS, Breno Martins. Ciências Sociais da Religião: Estado da Questão. In: PASSOS, J. D. & USARSKI, F. (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

CAMURÇA, Marcelo. *Ciências Sociais e Ciências da Religião: polêmicas e interlocuções*. São Paulo: Paulinas, 2008.

COSTA, Matheus Oliva. *Ciência da Religião Aplicada como o Terceiro Ramo da Religionswissenschaft: História, análises e propostas de atuação profissional*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Religião – Faculdade de Ciências Sociais, PUCSP, São Paulo, 2019).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é ciência da religião?* São Paulo: Paulinas, 2006.

HOCK, Klaus. *Introdução à Ciência da Religião*. São Paulo: Loyola, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARIANO, Ricardo. Sociologia da Religião e seu Foco na Secularização. In: PASSOS, J. D. & USARSKI, F. (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

NUNES, Maria José Rosado. A sociologia da religião. In: USARSKI, Frank (org.). *O espectro disciplinar da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Sociologia da religião: área impuramente acadêmica. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Sociologia 2. São Paulo, Sumaré: ANPOCS-CAPES, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SOUZA, Olga Suely Soares de; BARBOSA, Cleonato Gil. O surgimento, formação e desenvolvimento da sociologia. *Revista Mosaicum*, n. 12, p. 37-42, 2010.

STEIL, Carlos Alberto; HERRERA, Sonia Reyes. Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. *Sociologias*, n. 23, p. 354-393, 2010.

TIELE, Cornelius. Concepção, objetivo e método da Ciência da Religião. Trad. Waldney Costa. *Rever*, v. 18, n. 13, p. 217-228, 2018.

USARSKI, Frank. A “tradição da segunda ordem” como fonte identitária da ciência da religião: reflexões epistemológicas e concretizações. *Interações*, Belo Horizonte, v. 13, n. 23, p. 23-37, 2018.

USARSKI, Frank. História da Ciência da Religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 51-61.

WEBER, Max. Sociologia da Religião. In: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva* (v. 1). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

Submetido em 09/12/2022

Aprovado em 29/07/2023